

PARECER DO CONSELHO FISCAL

À Direção de:

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO (CSPPN)

INTRODUÇÃO

Ao abrigo do disposto no n.º 1, Alínea b) do artigo 26.º do Estatuto Centro Social Paroquial de Pinhal Novo (CSPPN), examinámos o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025, apresentadas e submetidas previamente pela Direção, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas do CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO (CSPPN), as quais incluem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um valor do total Activos de **772.284,93 €** e dos Fundos Patrimoniais de **592.215,69 €**, incluindo um resultado líquido do período positivo de **52.985,29 €**), a Demonstração dos Resultados por natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

É da competência da Direção do CSPPN a apresentação do relatório e contas e respetivas demonstrações financeiras para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística. A elaboração do relatório e contas da Direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis, criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro, a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados, e avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas.

A nossa responsabilidade encontra-se consagrada no citado no n.º 1 e 2 do Art. 26.º dos Estatutos do CSPPN e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas da Direção e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.

ÂMBITO

O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Instituição em diálogo com a Direção, fosse por sua iniciativa ou a pedido da própria Direção.

As Demonstrações Financeiras de 2025 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (SNC-ESNL), tendo sido prestados, pela Direção, os esclarecimentos julgados necessários.

Cumprе realçar que no desenvolvimento dos seus trabalhos o Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração da Direção, da Contabilista Certificada e dos Serviços do CSPPN.

Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório da Direção com as demonstrações financeiras do período.

Entendemos que a fiscalização efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e contas da Direção de 2025.

PARECER

Somos de parecer que o Relatório e Contas da Direção de 2025 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do CSPPN em 31 de dezembro de 2025, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data.

Pese o facto de os resultados dos resultados líquidos do entre períodos consecutivos se terem reduzido em 22.612,33 €, apresentando o valor de **52.985,29 €**, consideramos tal diferença pouco expressiva não merecendo por esse facto menção de realce, pois em nosso entender reflete alterações normais e aceitáveis na relação entre rendimentos e despesas.

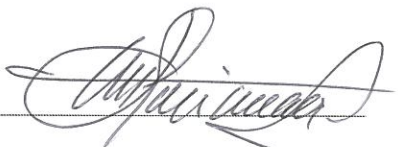
Ao nível dos activos, salientamos o seu valor de **772.284,93 €**, e o acréscimo do dos valores em Caixa e Depósitos Bancários, + 111.441,77 €, representando estes o valor de **348.751,28 €**, ou seja, **45,16%** do total dos activos. Quanto aos valores do Passivo, cujo valor total é de **180.069,82 €**, verificou-se um ligeiro aumento de 13.010,37 €, pouco significativo e decorrente da actividade normal.

Analisada a actividade operacional do CSPPN, é nosso entender que a Direcção tem gerido a instituição com lisura e de forma empenhada, evidenciada no seu reforço económico e financeiro pelo que merece da parte do conselho fiscal um voto de confiança na Assembleia Geral.

Pinhal Novo, 06 de Maio de 2026

O Conselho Fiscal

Presidente



Luís Manuel de Jesus Rodrigues Guimarães

Vogal



Patrícia Maria Sousa

Vogal



Joana Sofia Duarte Rosário